



Energisa Minas Gerais | Resultados do 1º trimestre de 2015

Cataguases, 15 de maio de 2015 - A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “Energisa Minas Gerais” ou “EMG”) apresenta os resultados do primeiro trimestre de 2015 (1T15).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em base consolidada de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 428 mil consumidores e uma população de aproximadamente 1,0 milhão de habitantes em 65 municípios do Estado de Minas Gerais e um no Estado do Rio de Janeiro.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro trimestre de 2015 e 2014:

Descrição	1T15	1T14	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	205,7	165,2	+ 24,5
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	195,7	157,8	+ 24,0
Receita Operacional Líquida	127,6	115,9	+ 10,1
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	117,6	108,5	+ 8,4
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	13,9	18,0	- 22,8
EBITDA	18,9	22,6	- 16,4
EBITDA Ajustado	20,4	24,0	- 15,0
Resultado financeiro	(8,3)	4,1	-
Lucro Líquido	3,6	14,6	- 75,3
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	649,3	535,6	+ 21,2
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	19,1	45,8	- 58,3
Patrimônio Líquido	94,9	78,4	+ 21,0
Endividamento Líquido	366,1	302,9	+ 20,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	428,6	417,2	+ 2,7
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	327,5	310,7	+ 5,4
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	427,1	396,0	+ 7,9
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	9,17	8,66	+ 0,51 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	16,0	20,7	- 4,7 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado anualizado (vezes)	4,5	3,2	+ 40,6

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 Desempenho financeiro

2.1 Receita operacional bruta e líquida

No 1T15, a Energisa Minas Gerais apresentou receita operacional bruta, sem a receita de custo de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 195,7 milhões, ante R\$ 157,8 milhões registrados no 1T14, aumento de 24,0% (R\$ 37,9 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 8,4% (R\$ 9,1 milhões) no período, para R\$ 117,6 milhões.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre		Variação	
	1T15	1T14	%	R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	180,4	146,0	+ 23,6	+ 34,4
✓ Residencial	90,9	65,1	+ 39,6	+ 25,8
✓ Industrial	21,8	16,7	+ 30,5	+ 5,1
✓ Comercial	36,1	33,3	+ 8,4	+ 2,8
✓ Rural	16,8	18,2	- 7,7	- 1,4
✓ Outras classes	14,8	12,7	+ 16,5	+ 2,1
(+) Suprimento de energia elétrica	0,8	-	-	+ 0,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	5,0	(0,7)	-	+ 5,7
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	10,6	7,3	+ 45,2	+ 3,3
(+) Receitas de construção	10,0	7,4	+ 35,1	+ 2,6
(+) Outras receitas	(1,1)	5,2	-	- 6,3
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	205,7	165,2	+ 24,5	+ 40,5
(-) Impostos sobre vendas	(59,6)	(46,0)	+ 29,6	- 13,6
(-) Encargos setoriais	(18,5)	(3,3)	+ 460,6	- 15,2
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	127,6	115,9	+ 10,1	+ 11,7
(-) Receitas de construção	10,0	7,4	+ 35,1	+ 2,6
(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção	117,6	108,5	+ 8,4	+ 9,1

2.2 Ambiente regulatório - revisão tarifária

2.2.1 Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

2.2.2 Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Minas Gerais, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 26,9% a partir de 02/03/2015.

A Energisa Minas Gerais recebeu o montante de R\$ 11,5 milhões provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoeletrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na

modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados a Energisa Minas Gerais pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 7,7 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

2.3 Despesas operacionais

No 1T15, as despesas operacionais consolidadas totalizaram R\$ 113,7 milhões, aumento de 16,1% (R\$ 15,8 milhões) em relação ao 1T14. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi de R\$ 2,3 milhões. As despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 11,1 milhões no trimestre, um incremento de 18,3%, decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável em no país. A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre		Variação	
	1T15	1T14	%	R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	24,2	21,9	+ 10,5	+ 2,3
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	9,2	7,9	+ 16,5	+ 1,3
1.2 Material	1,2	1,0	+ 20,0	+ 0,2
1.3 Serviços de terceiros	13,8	13,0	+ 6,2	+ 0,8
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	71,9	60,8	+ 18,3	+ 11,1
3 - Depreciação e amortização	5,0	4,7	+ 6,4	+ 0,3
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	(0,3)	0,4	-	- 0,7
5 - Outras despesas/receitas	2,9	2,7	+ 7,4	+ 0,2
Subtotal	103,7	90,5	+ 14,6	+ 13,2
6 - Custo de construção (*)	10,0	7,4	+ 35,1	+ 2,6
Total	113,7	97,9	+ 16,1	+ 15,8

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

2.4 Lucro líquido e geração de caixa

No 1T15, a Energisa Minas Gerais registrou lucro líquido de R\$ 3,6 milhões, contra R\$ 14,6 milhões no 1T14, uma redução de 75,3%. Essa redução no trimestre deve-se, principalmente, aos efeitos decorrentes da variação cambial e da marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado), por sua vez, atingiu R\$ 20,4 milhões no período, ante os R\$ 24,0 milhões no 1T14. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T15	1T14	Var. %
(=) Lucro Líquido	3,6	14,6	- 75,3
(-) Contribuição social e imposto de renda	(2,0)	(7,4)	- 73,0
(-) Resultado financeiro	(8,3)	4,1	-
(-) Depreciação e amortização	(5,0)	(4,7)	+ 6,4
(=) Geração de caixa (EBITDA)	18,9	22,6	- 16,4
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,5	1,4	+ 7,1
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	20,4	24,0	- 15,0
Margem do EBITDA Ajustado (%)	16,0	20,7	- 4,7 p.p

2.5 Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) no 1T15 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 8,3 milhões, ante a receita de R\$ 4,1 milhões registrados no 1T14. Esse resultado decorre basicamente da marcação a mercado dos derivativos, o que reflete o valor presente dos mecanismos de proteção cambial.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Minas Gerais em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2015	31/12/2014
Curto Prazo	276,9	247,7
Empréstimos e financiamentos	253,6	243,3
Encargos de dívidas	23,0	3,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,3	0,8
Longo Prazo	108,3	99,8
Empréstimos e financiamentos	106,6	98,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,7	1,6
Total das dívidas	385,2	347,5
(-) Disponibilidades financeiras	19,1	21,0
Total das dívidas líquidas	366,1	326,5

3 Mercado de energia

No primeiro trimestre de 2015, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão do Energisa Minas Gerais, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 414,4 GWh, incremento de 4,2% em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pela classe residencial, que cresceu 7,2% no período. O consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 1,9% no trimestre.

A energia total distribuída no 1T15 foi de 427,1 GWh, ante os 396,0 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	1T15	1T14	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	327,5	310,7	+ 5,4
✓ Residencial	135,6	126,5	+ 7,2
✓ Industrial	44,7	42,0	+6,4
✓ Comercial	67,0	63,8	+ 5,0
✓ Rural	41,6	40,5	+ 2,7
✓ Outras Classes	38,6	37,9	+ 1,8
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	86,9	87,1	- 0,2
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	414,4	397,8	+ 4,2
4) Suprimento de energia e não faturado	12,7	(1,8)	-
5) Energia Total Distribuída (3+4)	427,1	396,0	+ 7,9

A Energisa Minas Gerais encerrou o 1T15 com 428.601 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,7% superior à registrada no fim de março de 2014. Já o número de consumidores livres totalizou 32 no fim de março de 2015.

As perdas de energia elétrica da Energisa Minas Gerais situaram em 9,17% nos últimos doze meses encerrados em março de 2014, aumento de 0,51 ponto percentual em relação a igual período terminado em março do ano passado.

4 Investimentos

No primeiro trimestre de 2015, os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 10,5 milhões, ante os R\$ 9,3 milhões investidos no 1T14, crescimento de 12,9%.

5 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais no primeiro trimestre de 2015 foi de R\$ 62,0 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015
(Em milhares de reais)

	31/03/2015	31/12/2014
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	17.521	19.882
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	609	164
Consumidores e concessionárias	97.049	70.594
Títulos de créditos a receber	1.153	2.027
Estoques	673	863
Impostos a recuperar	20.130	19.428
Instrumentos Financeiros Derivativos	54.496	19.681
Contas a receber da concessão	337.054	329.497
Ativos regulatórios	25.603	32.543
Outros créditos	44.783	51.784
Total do circulante	599.071	546.463
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.000	954
Consumidores e concessionárias	7.927	7.959
Títulos de créditos a receber	1.283	542
Impostos a recuperar	6.719	7.443
Instrumentos Financeiros Derivativos	10.559	1.875
Créditos tributários	9.088	10.274
Cauções e depósitos vinculados	2.743	1.785
Outros	137	137
	39.456	30.969
Investimentos	1.643	1.658
Imobilizado	6.195	6.502
Intangíveis	2.906	1.218
Total do não circulante	50.200	40.347
Total do ativo	649.271	586.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de reais)

	31/03/2015	31/12/2014
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	42.880	44.944
Encargos de dívidas	22.998	3.564
Empréstimos e financiamentos	253.590	243.255
Tributos e contribuições sociais	34.957	20.683
Parcelamento de impostos	-	529
Dividendos	13.757	18.758
Encargos do consumidor a recolher	8.707	610
Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria	301	301
Obrigações estimadas	3.737	2.973
Obrigações intrassetoriais	4.687	6.818
Passivos regulatórios	23.596	22.075
Taxa de iluminação pública	1.531	1.302
Outras contas a pagar	16.418	11.465
Total do circulante	427.159	377.277
Não circulante		
Fornecedores	744	744
Empréstimos e financiamentos	106.566	98.212
Tributos e contribuições sociais	10.310	9.620
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	5.727	5.998
Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria	1.706	1.631
Outras contas a pagar	2.171	2.075
Total do não circulante	127.224	118.280
Patrimônio líquido		
Capital social	44.171	44.171
Reservas de capital	7.921	7.921
Reservas de lucros	27.797	27.797
Dividendos adicionais propostos	1.396	1.396
Outros resultados abrangentes	107	107
Lucros acumulados	3.635	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9.861	9.861
Total do patrimônio líquido	94.888	91.253
	649.271	586.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	1T15	1T14
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	190.947	149.383
Disponibilização do sistema	10.627	7.335
Suprimento de energia	799	-
Receita de construção	10.042	7.420
Outras receitas operacionais	(6.676)	1.062
	205.739	165.200
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	41.473	31.358
PIS, Cofins e ISS	18.112	14.597
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	18.580	3.331
	78.165	49.286
Receita operacional líquida	127.574	115.914
Despesas operacionais		
Energia elétrica comprada	61.941	52.220
Encargos de uso do sistema	9.934	8.532
Pessoal	9.034	7.762
Entidade de previdência privada	128	114
Material	1.243	981
Serviços de terceiros	13.805	13.036
Depreciação e amortização	5.019	4.664
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / contingências	(317)	401
Custo de construção	10.042	7.420
Outras despesas	3.005	2.921
Outras receitas operacionais	(543)	(1.324)
Outras despesas operacionais	432	1.206
	113.723	97.933
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	13.851	17.981
Resultado financeiro		
Receita de aplicações financeiras	367	814
Acréscimo moratório energia vendida	1.532	1.370
Encargos de dívidas - Juros	(5.483)	(5.057)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(41.743)	5.984
Ajuste a valor presente	17	7
(-) Transferências para obras em curso	174	115
Marcação a mercado derivativos	3.060	2.901
Instrumentos financeiros derivativos	35.382	(6.361)
Outras receitas (despesas) financeiras	(1.611)	4.280
	(8.305)	4.053
Resultado antes dos tributos	5.546	22.034
Imposto de Renda e contribuição social	(1.911)	(7.484)
Lucro líquido do período	3.635	14.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia ou Energisa MG”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 425.840 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais é uma Companhia de capital aberto desde 26 de maio de 1907.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos regulatórios, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 11, 15, 16, 22 e 28, respectivamente.

Renovação de concessões:

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579 sobre a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

A Companhia manifestou, em junho de 2012, o interesse na prorrogação de seu Contrato de Concessão pelo prazo de 30 (trinta) anos, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.805/12.

Tal pedido foi reiterado em 15 de outubro de 2012 aguardando ainda o conhecimento das condições a serem estabelecidas pelo Poder Concedente nos termos aditivos aos referidos Contratos, quando da divulgação do ordenamento jurídico de regência dos futuros instrumentos.

Como o prazo da concessão vencerá em julho de 2015, e como até o momento a Companhia não tomou conhecimento das decisões a respeito dos encaminhamentos realizados, foi agendada reunião com o Ministro de Estado das Minas e Energia para dar conhecimento da gravidade e dos impactos desta indefinição. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos. Por ora, seguimos no aguardo de manifestação do Poder Concedente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de maio de 2015 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB- International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	31/03/2015	31/12/2014
Caixa Econômica Federal	CDB	31/01/2018	100,5% do CDI	16	7.313
Caixa Econômica Federal - FID	CDB	31/01/2018	100,5% do CDI	849	799
Caixa Econômica Federal	Debêntures	3/07/2019	101,5% do CDI	-	5.293
Santander	Debêntures (2)	21/03/2017	103,2% do CDI	7.696	1.272
				8.561	14.677
Caixas e bancos				8.960	5.205
Total caixa e equivalente de caixa				17.521	19.882

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	31/03/2015	31/12/2014
BES	CDB	01/10/2015	100,0% do CDI	24	24
Bradesco	CDB	22/04/2015	70% do CDI	54	53
Caixa FI Energisa (4)	LFT	01/03/2020	SELIC	91	-
Caixa FI Energisa (4)	DEBENTURES	15/04/2016	CDI+1,09% a 1,11%	10	-
Caixa FI Energisa (4)	DPGE	23/09/2015 a 18/04/2016	109,0% a 113,0% do CDI	117	-
Caixa FI Energisa (4)	LF	25/04/2016	106,0% a 109,0% do CDI	101	-
Caixa FI Energisa (4)	NTNB	15/05/2045	SELIC	124	-
Caixa Econômica Federal	Poupança	-	Poupança	6	6
Bradesco	Poupança	-	Poupança	20	20
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	62	61
				609	164

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	31/03/2015	31/12/2014
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	1.000	954
				1.000	954
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				1.609	1.118
Circulante				609	164
Não circulante				1.000	954

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$1.166 (R\$1.118 em 31 de dezembro de 2014) referente recursos vinculados a empréstimos.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Vencidos (1)	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	31/03/2015	31/12/2014
Residencial	16.609	7.202	753	233	-	46	24.843	16.883
Industrial	15.217	660	164	157	274	1.135	17.607	11.685
Comercial	8.998	1.716	185	85	49	150	11.183	7.900
Rural	3.802	1.560	262	97	2	1	5.724	4.191
Poder público:								
Federal	37	5	4	1	-	-	47	30
Estadual	393	49	39	8	-	-	489	316
Municipal	1.441	180	144	28	-	-	1.793	1.159
Iluminação pública	1.555	28	44	-	-	-	1.627	1.304
Serviço público	1.729	32	18	5	-	-	1.784	1.260
Subtotal - consumidores	49.781	11.432	1.613	614	325	1.332	65.097	44.728
Concessionárias (2)	799	-	-	-	-	7.959	8.758	7.959
Fornecimento não faturado	20.208	-	-	-	-	-	20.208	15.239
Outros (3)	13.877	-	-	-	-	497	14.374	14.145
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(233)	(49)	(3.179)	(3.461)	(3.518)
Total	84.665	11.432	1.613	381	276	6.609	104.976	78.553
Circulante							97.049	70.594
Não circulante							7.927	7.959

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(3) Inclui arrecadação em processo, serviços taxado e outros valores a receber de consumidores.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de março de 2015, inclui valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$8.758 (R\$7.959 em 31 de dezembro de 2014), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de março de 2015. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de R\$895 (R\$10.346 em 31 de dezembro de 2014), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$1.828 (R\$653 em 31 de dezembro de 2014), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	31/03/2015	31/12/2014
Créditos a vencer	799	
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	1.086	1.086
	8.758	7.959
(-) Aquisições de energia na CCEE	(895)	(10.346)
(-) Encargos de serviços do sistema	(1.828)	(653)
	6.035	(3.040)

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$1.350.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos estão demonstrados como se segue:

	31/03/2015	31/12/2014
Títulos de créditos a receber	5.898	6.035
Ajuste a valor presente	(852)	(870)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(2.610)	(2.596)
	2.436	2.569
Circulante	1.153	2.027
Não circulante	1.283	542

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de março de 2015, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2015
Vencidos	2.610
2015	865
2016	1.176
2017	71
2018	59
2019	57
2020 em diante	208
Total	5.046

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	31/03/2015	31/12/2014
Saldo - inicial circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013	6.114	5.629
Provisões constituídas no período	29	1.398
Reversão de provisões no período	(72)	(913)
Saldo - final - circulante - 31/03/2015 e 31/12/2014	6.071	6.114
Consumidores e concessionárias e CCEE	3.461	3.518
Títulos de créditos a receber	2.610	2.596

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

9. Impostos a recuperar

	31/03/2015	31/12/2014
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	8.650	9.807
Imposto de Renda - IRPJ	3.240	2.681
Imposto de renda retido na fonte	3.551	4.511
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	1.375	902
Contribuição do PIS e COFINS	9.490	8.437
Outros	543	533
Total	26.849	26.871
Circulante	20.130	19.428
Não Circulante	6.719	7.443

10. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.737 de 10 de junho de 2014, que aprovou o resultado do reajuste tarifário que gerou um aumento médio a ser percebido pelos consumidores de 5,31%, aplicado desde 18 de junho de 2014.

Reajuste tarifário extraordinário

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015 até 17/06/2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado

para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 26,89%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Bandeiras tarifárias

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.293 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da Companhia com reajuste que gerou um incremento de 1,20%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

11. Ativos e passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens

financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros não recuperados dos consumidores serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	31/03/15	31/12/14
Itens da Parcela A (i)		
Energia elétrica comprada para revenda	22.227	20.866
Sobrecontratação de energia (ii)	-	10.610
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	114	96
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.257	958
Itens financeiros		
Outros itens financeiros	5	13
Total Ativo	25.603	32.543
Circulante	25.603	32.543

Passivos regulatórios	31/03/15	31/12/14
Itens da Parcela A (i)		
Encargo de serviços de sistema - ESS (iii)	16.628	16.623
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	3.518	2.465
Itens financeiros		
Sobrecontratação de energia (ii)	2.322	-
CUSD	248	2.091
Exposição submercados	42	105
Neutralidade da Parcela A	838	791
Total Passivo	23.596	22.075
Circulante	23.596	22.075
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	2.007	10.468

Efeito na demonstração do resultado	31/03/15
Receita operacional	(8.348)
Outras despesas financeiras	(113)
Total - resultado	(8.461)

(i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC

(ii) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)**

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do

agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

12. Outros créditos

	31/03/2015	31/12/2014
Baixa renda (1)	4.336	3.533
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	4.329	6.407
Ordens de serviço em curso - outros	274	268
Adiantamentos	2.644	2.438
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	21.504	27.302
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	2.344	2.005
Adiantamento fundo de pensão	8.704	8.704
Outros	785	1.264
Total	44.920	51.921
Circulante	44.783	51.784
Não circulante	137	137

Segue a movimentação do baixa renda e da Subvenção CDE - Desconto Tarifário:

(1) Baixa renda:

	31/03/2015	31/12/2014
Saldo - inicial circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013	3.533	3.398
Subvenção Baixa Renda	4.336	21.024
Ressarcimento pela Eletrobrás	(3.533)	(20.889)
Saldo - final - circulante - 31/03/2015 e 31/12/2014	4.336	3.533

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário

	31/03/2015	31/12/2014
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	88.682	80.955
Ressarcimento pela Eletrobrás	(67.178)	(53.653)
Saldo final - circulante	21.504	27.302

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de março de 2015, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de maio de 2014 a março de 2015, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber da CDE no primeiro semestre de 2015.

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA), Energisa Geração Usina Mauricio, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A.

Em abril de 2014 a controladora **ENERGISA S/A**, adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A (Enersul), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) (1)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo) (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (4)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	2.921	-	1.238	9.861	910
ENF	-	172	-	-	59
ESOL	5.827	-	-	-	1.775
31/03/2015	8.748	172	1.238	9.861	2.744
31/03/2014	8.537	250	1.021	-	-
31/12/2014	-	-	-	9.861	2.634

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

(2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

(4) Os recursos destinados a futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados no Patrimônio Líquido.

Remuneração dos administradores

No período findo em 31 de março de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$118 (R\$100 em 31 de março de 2014) e da Diretoria foi de R\$219 (R\$192 em 31 de março de 2014). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$131 (R\$104 em 31 de março de 2014). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$77 (R\$74 em 31 de março de 2014).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de março, foram de R\$18 e R\$1 (R\$9 e R\$2 em 31 de março de 2014), respectivamente. A remuneração média em 31 de março de 2015 foi de R\$9 (R\$17 em 31 de março de 2014).

Na AGO de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2015 no montante de R\$3.448 (R\$3.448 para o exercício de 2014).

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	31/03/2015	31/12/2014
Ativo		
Prejuízos fiscais	28.966	19.815
Base negativa de contribuição social	11.378	8.084
Subtotal	40.344	27.899
Diferenças temporárias		
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ o Lucro	18.783	16.070
Total - não circulante	59.127	43.969
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	36.793	24.776
Contribuição social	13.246	8.919
Total - não circulante	50.039	33.695
Total líquido - ativo não circulante	9.088	10.274

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	31/03/2015		31/12/2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	115.864	28.966	79.261	19.815
Base negativa da CSSL	126.428	11.379	89.819	8.084
Provisão ajuste atuarial	3.033	1.031	1.932	657
Provisões para riscos	4.626	1.573	5.998	2.039
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	6.112	2.078	6.156	2.093
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	2.300	782	1.290	438
Variações cambiais passivas	27.426	9.325	27.426	9.325
Ativos regulatórios (CVA´s)	8.042	2.734	-	-
Ajustes a valor presente	852	290	870	296
Outras adições (exclusões) temporárias	2.852	970	3.595	1.223
Marcação a mercado - derivativo	(65.055)	(22.119)	(21.556)	(7.329)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações:	(82.119)	(27.921)	(77.547)	(26.367)
Total - ativo não circulante	150.362	9.088	117.244	10.274

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Período	Realizações de créditos fiscais
2015	9.088
Total	9.088

A Companhia manifestou em 15 de outubro de 2012 a intenção de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de 07 de julho de 2015 e considera que os saldos de impostos diferidos serão realizados através de suas operações. A Companhia possui estudos para a realização desses créditos considerando diversos cenários.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	31/03/2015	31/03/2014
Lucro antes dos impostos	5.546	22.034
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(1.886)	(7.492)
Ajustes:		
Outros	(25)	8
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(1.911)	(7.484)
Alíquota efetiva	34%	34%

15. Contas a receber da Concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 31 de março de 2015, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$4.572.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no circulante. Em 31 de março de 2015, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	31/03/2015	31/12/2014
Ativo financeiro - 31/12/2014 e 31/12/2013	329.497	285.875
Adições no período/exercício (*)	3.249	40.875
Baixas no período/exercício	(264)	(4.891)
Ativo financeiro-31/03/2015 e 31/12/2014	332.482	321.859
Atualização contas a receber da concessão - VNR	4.572	7.638
Ativo financeiro custo corrigido -31/03/2015 e 31/12/2014	337.054	329.497
Circulante	337.054	329.497

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

16. Intangível e Imobilizado

	31/03/2015	31/12/2014
Intangível - Contrato da concessão	2.906	1.218
Imobilizado	6.195	6.502
Total	9.101	7.720

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/03/2015
Intangível em Serviço						
Custo:	291.509	-	63	(130)	-	291.442
Amortização Acumulada	(278.507)	-	-	122	(6.524)	(284.909)
Subtotal	13.002	-	63	(8)	(6.524)	6.533
Em Curso	10.640	10.535	(63)	(3.988)	-	17.124
Total Intangível	23.642	10.535	-	(3.996)	(6.524)	23.657
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	43.352	-	13	-	-	43.365
Amortização Acumulada	(39.887)	-	-	-	(1.812)	(41.699)
Subtotal	3.465	-	13	-	(1.812)	1.666
Em Curso	18.959	878	(13)	(739)	-	19.085
Total das Obrigações vinculadas à concessão	22.424	878	-	(739)	(1.812)	20.751
Total Intangível	1.218	9.657	-	(3.257)	(4.712)	2.906
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	209	-	-	-	-	209
Máquinas e equipamentos	6.357	-	-	-	-	6.357
Veículos	189	-	-	-	-	189
Móveis e utensílios	3.091	-	-	-	-	3.091
Total do imobilizado em serviço	9.846	-	-	-	-	9.846
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(184)	-	-	-	(2)	(186)
Máquinas e equipamentos	(2.000)	-	-	-	(254)	(2.254)
Veículos	(106)	-	-	-	(7)	(113)
Móveis e utensílios	(1.054)	-	-	-	(44)	(1.098)
Total Depreciação acumulada	(3.344)	-	-	-	(307)	(3.651)
Total do Imobilizado	6.502	-	-	-	(307)	6.195
Total	7.720	9.657	-	(3.257)	(5.019)	9.101

(*) Das baixas realizadas no período findo em 31 de março de 2015 de R\$3.257, R\$3.249 foi transferido para o contas a receber da concessão e 8 referem-se a baixas operacionais realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,93% (3,91% em 31 de dezembro de 2014).

O saldo do intangível e das contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2015	31/12/2014
Contribuições do consumidor (1)	130.374	130.070
Participação da União - recursos CDE (2)	31.167	31.167
Participação do Governo do Estado (2)	14.669	14.669
Reserva para reversão (3)	1.409	1.409
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	4.376	3.875
(-) Amortização acumulada	(41.699)	(39.887)
Total	140.296	141.303
Alocação:		
Contas a receber da concessão	119.545	118.879
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.666	3.465
Infraestrutura - Intangível em curso	14.709	15.084
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	4.376	3.875
Total	140.296	141.303

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em junho de 2008, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações especiais.

Até 31 de março de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$4.376 (R\$3.875 em 31 de dezembro de 2014).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	31/03/2015
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	16,01%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

17. Fornecedores

	31/03/2015	31/12/2014
Suprimento (1):		
Contratos Bilaterais	30.438	23.488
CCEE	895	10.346
Operador Nacional do Sistema Elétrico (1)	669	760
Encargo de serviços no sistema (1)	1.828	653
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	2.184	2.091
Conexão a rede (1)	117	123
Materiais e serviços e outros (2)	7.493	8.227
Total	43.624	45.688
Circulante	42.880	44.944
Não circulante	744	744

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	31/03/2015	31/12/2014	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III(*)	150	-	15.000	15.150	15.138	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	58	1.042	1.643	2.743	3.026	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	9	14	25	27	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	344	1.326	5.218	6.888	7.243	
Eletrobrás - Subtransmissão	8	257	576	841	911	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	2.704	
Banco HSBC - repasse BNDES	25	511	113	649	777	
Banco HSBC - repasse BNDES	3	255	158	416	410	
Banco HSBC - repasse BNDES	5	319	23	347	427	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	6	451	2.184	2.641	2.755	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	4	252	1.000	1.256	1.059	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	3	188	910	1.101	1.149	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	4	298	1.441	1.743	1.818	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	1	743	-	744	930	
Banco Itaú BBA - FINAME	61	1.504	13.885	15.450	14.130	
Caixa Econômica Federal - FINAME	39	493	3.067	3.599	3.734	
Banco Bradesco - CCB	1.466	12.500	-	13.966	13.566	(1)
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	152	3.317	8.675	12.144	14.566	
Nota Promissória - Itaú	2.395	60.000	-	62.395	60.402	
Subtotal em moeda nacional	4.726	83.465	53.907	142.098	144.772	
(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(36)	(113)	(149)	(174)	
Total em moeda nacional	4.726	83.429	53.794	141.949	144.598	
Em moeda estrangeira						
Citibank	288	-	52.772	53.060	43.983	(2)
Bank of America Merrill Lynch	16.584	75.742	-	92.326	76.025	(2)
Banco Itaú BBA	1.400	94.419	-	95.819	80.425	(2)
Total em moeda estrangeira	18.272	170.161	52.772	241.205	200.433	
Total	22.998	253.590	106.566	383.154	345.031	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$1.000 (R\$954 em 31 de dezembro de 2014) registrados na rubrica, “aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

- (1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em correspondência expedida em 10 de abril de 2014, foi suspensa a aplicação dos indicadores financeiros até 31 de março de 2015, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.
- (2) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2015:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref.
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx. de Juros a.a		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	69	CDI	+ 0,70%	2,99%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago/17	Mensal	Recebíveis	29	RGR	5,0%	1,25%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago/17	Mensal	Recebíveis	29	RGR	5,0%	1,25%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez/19	Mensal	Recebíveis	57	RGR	5,0%	1,25%	
Eletrobrás - subtransmissão	fev/18	Mensal	Recebíveis	35	RGR	5,0%	1,25%	
Banco HSBC - repasse BNDES I	mai/16	Mensal	Aval Energisa S.A.	14	TJLP	+ 4,30%	6,58%	
Banco HSBC - repasse BNDES II	mai/16	mensal	Aval Energisa S.A.	14	UMBND	+ variáveis	1,14%	
Banco HSBC - repasse BNDES III	mai/16	Mensal	Aval Energisa S.A.	14	TJLP	+ 3,90%	6,48%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	70	TJLP	+ 4,75%	6,69%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	70	UMBND	+ variáveis	1,0%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	70	TJLP	+ 5,95%	6,99%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	70	pré-fixado	5,5%	1,38%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar/16	mensal	Aval Energisa S.A.	12	pré-fixado	5,5%	1,38%	
Banco Itaú BBA - FINAME	Até abr-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	109	pré-fixado	De 2,5% a 10%	De 0,63% a 2,5%	
Caixa Econômica Federal - FINAME	jan/22	Mensal	Energisa S.A	82	pré-fixado	8,7%	2,18%	
Banco Bradesco - CCB	nov/15	anual	- Aval	8	CDI	+ 1,25%	3,12%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem	dez/23	mensal, após mar.2014	Aval Energisa S.A.	105	TJLP	+ 2,25% a 4,15%	6,0% a 6,54%	
Nota Promissória Itaú	jun/15	Final	Aval Energisa S.A	3	CDI	+ 2,00%	3,31%	
Citibank	set/17	Final	Aval Energisa S.A	30	Libor	+ 1,36%	21,73%	(1)
Bank of America Merrill Lynch	Jun/15	Final	Aval Energisa S.A	3	libor	+ 2,0%	21,53%	(1)
Banco Itaú BBA	set/15	Final	Energisa S.A	6	Dólar	+ 2,95%	21,51%	(1)

(1) Possui swap.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2015	31/12/2014
US\$ x R\$	20,77%	13,39%
TJLP	5,50%	5,00%
SELIC	2,87%	10,90%
CDI	2,81%	10,81%
IPCA	3,83%	6,41%
IGP-M	2,02%	3,67%
LIBOR	0,26%	0,23%
UMBNB	0,06%	0,05%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2015
2016	6.453
2017	60.764
2018	11.914
2019	11.825
Após 2019	15.610
Total	106.566

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	31/03/2015	31/12/2014
Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013	345.031	285.547
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	1.548	146.495
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	47.226	40.467
Pagamento de principal	(4.270)	(112.978)
Pagamento de juros	(6.381)	(14.500)
Saldos em 31/03/2015 e 31/12/2014	383.154	345.031
Circulante	276.588	246.819
Não circulante	106.566	98.212

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	24	-	113	137
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	12	-	-	12
Total	36	-	113	149

19. Tributos e Contribuições Sociais

	31/03/2015	31/12/2014
ICMS	24.969	12.944
Encargos Sociais	720	787
IRPJ	7.345	6.988
CSSL	3.399	3.175
PIS/COFINS	7.629	5.171
IRRF	422	514
Outros	783	724
Total	45.267	30.303
Circulante	34.957	20.683
Não circulante	10.310	9.620

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2014	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo 31/03/2015
Trabalhistas	2.675	215	(619)	73	2.344
Cíveis	3.091	54	(200)	98	3.043
Fiscais	232	172	(72)	8	340
Total	5.998	441	(891)	179	5.727
Depósitos e cauções vinculados (*)	(1.543)				(1.555)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$2.743 (R\$1.785 em 31 de dezembro de 2014) dos quais R\$1.188 (R\$242 em 31 de dezembro de 2014), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

No período findo em 31 de março de 2015, foram pagos o montante de R\$1.835 (R\$1.119 em 31 de dezembro de 2014), sendo de indenizações trabalhistas R\$574 (R\$534 em 31 de dezembro de 2014) e de indenizações cíveis R\$1.261 (R\$585 em 31 de dezembro de 2014).

Perdas prováveis

- Trabalhistas**

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

- Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época.

- Fiscais**

Refere-se basicamente Execução Fiscal nº 2007.100.001867-4, realizada em razão da reforma pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, de decisão favorável de 1ª instância, proferida nos autos dos Embargos a Execução nº 2007.001.218816-8, que anulará a multa aplicada pelo PROCON em razão de supostas instabilidades do sistema de distribuição de energia elétrica ocorridos no Estado do Rio de Janeiro.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$135.066 (R\$142.699 em 31 de dezembro de 2014), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$9.058 (R\$9.185 em 31 de dezembro de 2014), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, ocorrendo somente atualização monetária no exercício.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$85.204 (R\$89.514 em 31 de dezembro de 2014), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$40.804 (R\$44.000 em 31 de dezembro de 2014), refere-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (ii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento, o que viola a legislação vigente razão pela qual garantimos a execução e interpusemos embargos a execução na busca de afastar esta cobrança indevida, ocorrendo somente atualização monetária no exercício.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$44.171 (R\$44.171 em 31 de dezembro de 2014), atribuídos a 450.712 ações ordinárias, todas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

22. Receita operacional

	31/03/2015			31/03/2014		
	Informações não revisadas pelos auditores independentes		R\$	Informações não revisadas pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	317.996	135.603	83.408	308.350	126.496	65.101
Industrial	3.653	44.717	21.843	3.727	41.981	16.659
Comercial	35.063	67.014	39.698	34.469	63.780	33.264
Rural	66.920	41.646	20.398	65.748	40.535	18.170
Poder Público:						
Federal	63	131	71	62	128	57
Estadual	547	2.786	1.508	544	2.715	1.223
Municipal	3.391	5.869	3.170	3.370	5.719	2.574
Iluminação Pública	257	19.162	5.813	254	18.501	5.120
Serviço Público	592	9.580	4.521	568	9.833	3.860
Consumo Próprio	119	1.027	-	113	1.010	-
Subtotal	428.601	327.535	180.430	417.205	310.698	146.028
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	5.548	-	-	4.077
Suprimento	-	15.732	799	-	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(3.051)	4.969	-	(1.828)	(722)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	32	-	10.627	32	-	7.335
Receita de Construção (1)	-	-	10.042	-	-	7.420
Ativos e passivos regulatórios (2)	-	-	(8.348)	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	1.672	-	-	1.062
Total - receita operacional bruta	428.633	340.216	205.739	417.237	308.870	165.200
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	41.473	-	-	31.358
PIS	-	-	3.226	-	-	2.602
COFINS	-	-	14.857	-	-	11.984
ISS	-	-	29	-	-	11
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	589	-	-	541
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	10.895	-	-	1.305
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	589	-	-	541
Excedente de bandeiras tarifárias	-	-	6.006	-	-	-
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	501	-	-	944
Total	-	-	78.165	-	-	49.286
Total - receita operacional líquida	428.633	340.216	127.574	417.237	308.870	115.914

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no período findo em 31 de março de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

23. Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Energia de Itaipú - Binacional	66.050	71.300	14.367	9.381
Energia de leilão	68.854	22.400	15.804	4.143
Energia bilateral	180.241	169.200	41.059	35.010
Cotas de Angra REN 530/12	12.087	12.000	2.004	1.815
Energia de curto prazo - CCEE	3.289	28.900	3.461	19.433
Cotas Garantia Física-Resolução Homologatória ANEEL 1410 - Anexo I	47.105	39.900	1.454	1.446
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	6.876	6.500	2.202	2.152
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(11.534)	(16.369)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(6.876)	(4.791)
Total	384.502	350.200	61.941	52.220

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de janeiro a março de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Março	Despacho nº 773 de 27 de março de 2015	11.534

Os valores referentes ao Despacho de março de 2015, foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			31/03/2015 e 31/12/2014
Risco Operacional	23/10/2015	35.606	303
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	50.600	131
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2015	até R\$360 / veículo	94
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	52.468	233
			761

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	31/03/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	17.521	17.521	19.882	19.882
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.609	1.609	1.118	1.118
Consumidores e concessionárias	104.976	104.976	78.553	78.553
Títulos de créditos a receber	2.436	2.436	2.569	2.569
Conta a receber da concessão	337.054	337.054	329.497	329.497
Ativos regulatórios líquidos	2.007	2.007	10.468	10.468
Instrumentos financeiros derivativos	65.055	65.055	21.556	21.556
PASSIVO				
Fornecedores	43.624	43.624	45.688	45.688
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas	383.154	383.154	345.031	345.031

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2015, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão e ativos regulatórios. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é o seguinte:

	31/03/2015	31/12/2014
Dívida (a)	383.154	345.031
Caixa e equivalentes de caixa	(17.521)	(19.882)
Dívida líquida	365.633	325.149
Patrimônio líquido (b)	94.888	91.253
Índice de endividamento líquido	3,85	3,56

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital, as reservas da Companhia e os recursos destinados ao futuro aumento de capital, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	42.880	-	-	-	744	43.623
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas	13,03%	264.324	22.605	80.279	29.002	14.555	410.765
Total		307.204	22.605	80.279	29.002	15.299	454.388

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica da Companhia, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das informações financeiras intermediárias foi:

	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e equivalente de caixa	17.521	19.882
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.609	1.118
Consumidores e concessionárias	104.976	78.553
Títulos de créditos a receber e outros	2.436	2.569
Conta a receber da concessão	337.054	329.497
Ativos regulatórios líquidos	2.007	10.468
Instrumentos financeiros derivativos	65.055	21.556

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 11, 15 e 27.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2015, com alta de 20,77% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,2080/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2015 era de 21,86%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Companhia de R\$383.154 (R\$345.031 em 31 de dezembro de 2014), R\$241.205 (R\$200.433 em 31 de dezembro de 2014) estão representados em dólares, provenientes de:

- (i) empréstimo captado junto ao Citibank, cujo saldo no final do exercício era US\$16,5 milhões (US\$16,5 de principal);

- (ii) US\$28,6 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$28,6 de principal); e
- (iii) US\$ 0,1 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$30 milhões de principal).

Os empréstimos têm custos de até VC + 3,93% ao ano e possuem vencimentos de curto e longo prazo 10 de junho de 2015 e 28 de setembro de 2017, respectivamente.

O balanço patrimonial em 31 de março de 2015 apresenta R\$54.496 (R\$19.681 em 31 de dezembro de 2014) no ativo circulante e R\$10.559 (R\$1.875 em 31 de dezembro de 2014) no ativo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu com a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Itaú BBA x EMG 3 P. Ativa	30.000	VC + 3,93%	21/09/2015	-
P. Passiva		101,50% CDI		
Loan 4131 Citibank x EMG 4 P. Ativa	16.450	LIBOR + 1,36%	28/09/2017	-
P. Passiva		113,90% CDI		
Loan 4131 BAML x EMG 5 P. Ativa	28.515	VC + 1,7883%	10/06/2015	-
P. Passiva		112,50% CDI		

Buscando estruturas mais simples, maior liquidez e menor exposição ao risco, em 27 de janeiro de 2015, a Administração excluiu o limitador com vencimento no ano de 2015 do swap associado ao empréstimo 4131 abaixo, de forma a eliminar o risco de perdas por alta do US\$ no swap cambial.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Itaú BBA x EMG 3 P. Ativa	30.000	VC + 3,93%	21/09/2015	2,85 (Set/15)
P. Passiva		101,50% CDI		

V Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	31/03/2015	31/12/2014		31/03/2015	31/12/2014
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e Libor	241.839	201.323
			Posição Passiva		
Swap Cambial			Taxa de Juros CDI	(176.784)	(176.553)
Citibank, Merrill Lynch e Itaú BBA	170.993	170.993	Opções de Moeda Estrangeira - USD	-	(3.215)
			Posição Total	65.055	21.555

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 31 de março de 2015 e 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos	-		17.188	(38.974)	(95.137)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	241.839		224.651	280.813	336.976
Posição Passiva					
Taxa de Juros CDI	(176.784)		(176.784)	(176.784)	(176.784)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	-	Alta USD	-	-	-
Subtotal	65.055		47.866	104.029	160.192
Total	-		65.055	65.055	65.055

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de março de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de março de 2015, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$65.055, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$65.055 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 12,6%, TJLP = 5,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	10.170	Alta CDI	330	408	484
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(241.206)	Alta CDI	(7.670)	(9.479)	(11.240)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(91.511)	Alta CDI	(2.908)	(3.595)	(4.267)
	(16.882)	Alta TJLP	(227)	(283)	(338)
Subtotal (**)	(349.599)		(10.805)	(13.357)	(15.845)
Total - (Perdas)	(339.429)		(10.475)	(12.950)	(15.361)

(*) Considera o CDI de 30 de junho de 2015 (13,3% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2015, TJLP 5,5% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 33.704.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros Ativos	Nível	31/03/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.609	1.118
Instrumentos financeiros derivativos	2	65.055	21.556
Contas a receber da concessão	3	337.054	329.497
Ativos regulatórios líquidos	3	2.077	10.468

26. Benefícios a empregados

- **Plano de suplementação de aposentadoria e pensões**

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

No período findo em 31 de março de 2015, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$214 (R\$114 em 31 de março de 2014).

- **Prêmio aposentadoria**

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

No período findo em 31 de março de 2015, as despesas com o prêmio de aposentadoria foi de R\$75 (R\$82 em 31 de março de 2014), conforme segue:

- **Plano de saúde**

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No período findo em 31 de março de 2015 as despesas com esse benefício foram de R\$299 (R\$168 em 31 de março de 2014).

27. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - R\$ MIL						
Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2015 a 2048	207.463	187.712	193.347	198.915	213.868	2.947.318

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

28. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

29. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 31 de março de 2015 e 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	31/03/2015	31/03/2014
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	2.985	6.827
Atualização contas a receber da concessão - VNR	4.572	5.658
Fornecedores	1.471	1.970
Atividades de investimentos		
Intangível	3.019	118
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	1.548	794

30. Evento subsequente

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da Companhia, relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$5.757, equivalentes a R\$12,7740 por ação ordinária, tendo sido liquidados R\$5.000 em 19 de janeiro de 2015 e R\$757 em 02 de abril de 2015.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.
Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade operacional da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, a concessão para exploração das atividades da Companhia expira em 7 de julho de 2015. A Companhia protocolou pedido de prorrogação do prazo da concessão em 15 de outubro de 2012 junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Até o presente momento, o pedido de prorrogação está sob análise, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br